

POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA DO GOVERNO DIGITAL: revisão de literatura

PUBLIC POLICIES IN THE ERA OF DIGITAL GOVERNMENT: literature review

Daniel Silva Carvalho¹
Paulo Alexandre de Castro²
Marcos Fernandes-Sobrinho³

RESUMO

O presente artigo apresenta uma revisão do tipo integrativa, sobre a produção científica brasileira, a respeito da temática políticas públicas e governo digital (e-gov). A busca foi realizada pelo indexador Portal de Periódicos Capes, publicadas durante os últimos cinco anos (2018 a 2023), empregando os descritores políticas públicas e governo digital. Para o tratamento dos dados, foi realizada a filtragem com base nos critérios de inclusão e exclusão e as palavras-chave de cada artigo localizado. As análises apontam um decréscimo no volume de publicações a respeito desta temática e a necessidade de maiores pesquisas sobre políticas públicas e governo digital, tanto na sua implementação, como nos desafios que o uso de novas tecnologias impõe ao processo de transformação digital.

PALAVRAS-CHAVE: e-gov; políticas públicas; governo digital.

ABSTRACT

This article presents an integrative review of Brazilian scientific production on the subject of public policies and digital government (e-gov). The search was carried out using the CAPES Periodicals Portal indexer, published during the last 5 years (2018 to 2023), using the descriptors public policies and digital government. To process the data, filtering was carried out based on the

¹ **Daniel Silva Carvalho** é servidor público federal permanente da Universidade Federal de Jataí (UFJ) desde 2014, possui graduação em Redes de computadores pela Estácio de Sá e especialização em Redes e Segurança de Sistemas pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É discente regular em nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional (PPGGO) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6780974267063034>; Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6647-2000>; E-mail: danielsc@ufj.edu.br

² **Paulo Alexandre de Castro** é Professor Associado da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Doutor em Física Básica pelo Instituto de Física de São Carlos (IFSC), Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é docente permanente e coordenador no Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional da UFCAT (PPGGO/UFCAT). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1636595481807324>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7746-7184>; E-mail: padecastro@ufcat.edu.br

³ **Marcos Fernandes-Sobrinho** é Professor Titular do Instituto Federal Goiano, advogado e consultor. Doutor em Educação em Ciências e Matemática (UnB), com pós-doutorado em Direito Público (Universidad de Las Palmas, Espanha). Licenciado em Física (UFU), bacharel em Direito (UEG) e em Administração (FAAB). Atualmente é docente permanente e coordenador em programas de pós-graduação (PPGEnEB/IFGoiano e PPGGO/UFCAT). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0610561215500712>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7563-6914>; E-mail: marcos.sbf@gmail.com

inclusion and exclusion criteria and the keywords of each article located. The analyzes point to a decrease in the volume of publications on this topic and the need for further research on public policies and digital government, both in their implementation and in the challenges that the use of new technologies impose on the digital transformation process.

KEYWORDS: e-gov, public policies, digital government.

INTRODUÇÃO

Políticas públicas são essencialmente um fluxo de decisões públicas, que visa manter o equilíbrio social e/ou a inserir elementos que causam desequilíbrios com o objetivo de modificar essa realidade (Saravia; Ferrarezi, 2006). Nesse sentido, políticas públicas digitais, no contexto de um governo cada vez mais interligado por tecnologias da informação, têm implicações diretas em práticas curriculares e em processos formativos.

A fundamentação preliminar dessa temática – políticas públicas – ocorreu a partir do termo *policy analysis*, com objetivo de agregar conhecimentos científico e acadêmico com ações governamentais, e adição do conceito de racionalismo limitado dos *policy makers* (Lasswell, 1936; Simon, 1957).

Essas políticas têm como objetivo maior resolver problemas da sociedade que, como é sabido, está em constante evolução. O mundo que já foi bastante analógico tem se tornado cada vez mais digital, como é possível constatar pelo uso cada vez mais frequente e intenso por parte da sociedade de plataformas, aplicativos, dispositivos tecnológicos etc. Com o uso cada vez mais frequente dessas tecnologias, e dispositivos, requer-se atenção, por parte do governo e formuladores de políticas públicas educacionais, o que tem feito o Estado manter políticas públicas atualizadas, buscando simplificar acesso e promoção de seus serviços (Viana, 2021).

Neste sentido, temos serviços eletrônicos providos pela administração pública, que datam do fim da década de 80 e que tiveram a inserção das Tecnologias da Informação (TIC) como políticas públicas a partir da década de 90, de modo gradual e em aspecto global (Ena, 2019).

Uma possível definição para governo eletrônico é: o uso de TIC com o objetivo de garantir acesso e entrega por parte do governo aos indivíduos de informações e uso de serviços, também de possibilitar e implementar eficiência mediante a aplicação destes

serviços no âmbito do governo, e ainda de cobrir uma larga escala de serviços, além de transformar governos (Bounabat; Bouchaib, 2017).

Indo além da definição estabelecida, temos que:

outras contribuições também auxiliaram o Governo Federal no estabelecimento das principais diretrizes do governo eletrônico no Brasil. Algumas normativas foram promulgadas como a Medida Provisória 2.200, de 28 de junho de 2001, que criou a ICP-Brasil – Infraestrutura de Chaves Públicas, para o desenvolvimento de um modelo que possibilitou o uso de assinaturas eletrônicas, a certificação digital e a validade legal dos documentos que tramitam por meio eletrônico; o Decreto nº 3.697, de 21 de dezembro de 2000 que regulamentou o pregão eletrônico no âmbito da administração federal entre outras (Brasil, 2023).

Com base no contexto apresentado, é realizado nesse trabalho uma revisão integrativa de literatura sobre as políticas públicas acerca do governo digital, com finalidade de identificar áreas de estudo acerca desta temática, que têm sido publicadas.

Para esta pesquisa, realizou-se levantamento junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que “possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida” (Fernandes; Morosini, 2014, p. 158).

POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas devem ser pensadas para solução de problemas que afetam a sociedade e consistem de diversidade grande de atividades. As políticas públicas, operacionalizadas por meio tomadas de decisões, devem conter além da definição de agendas, o desenvolvimento de alternativas, a implementação de decisões e a avaliação das medidas públicas tomadas (Wu, 2014).

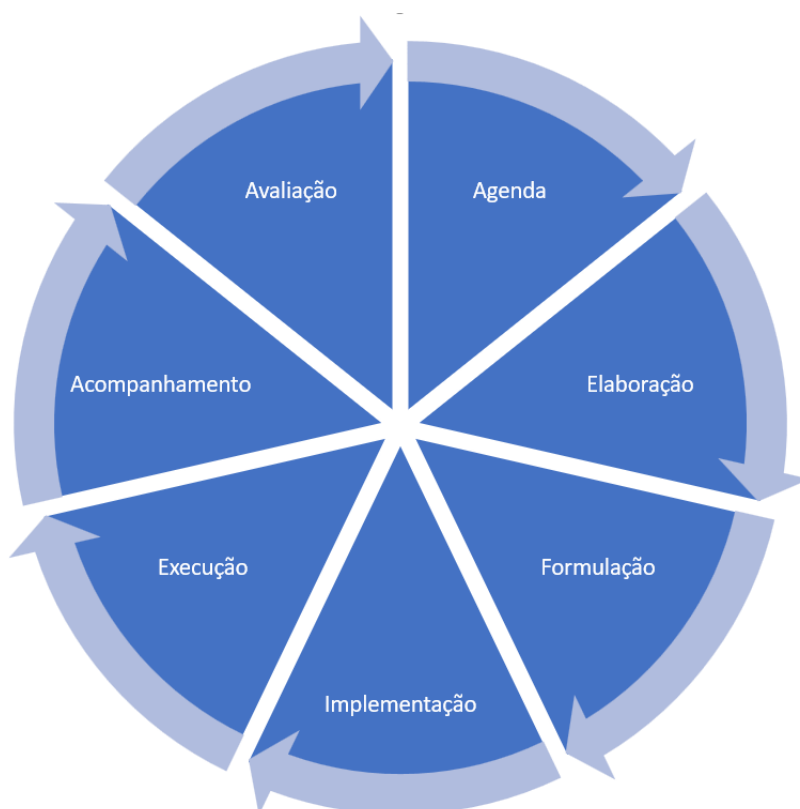
Saravia, Ferrarezi (2006, p.13), acerca de políticas públicas, afirmam que:

A finalidade última de tal dinâmica - consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas - constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com

uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

As fases que normalmente são tidas quanto a política pública, precisam de certa especificidade na América Latina, sendo preciso diferenciar **elaboração** de **formulação** (a primeira sendo a preparação da decisão política e a segunda a decisão tomada e sua formalização) e, também, separar **implementação** de **execução** (sendo a primeira a elaboração de planos, programas e projetos e a segunda colocação em prática da decisão política), conforme ilustrado na figura 1.

Figura 1 – Representação do processo de política pública



Fonte: Elaboração própria

Agum, Riscado, Menezes (2015, p.24) afirmam que políticas públicas possuem diversos estágios e com ênfases diferentes em cada um deles. Contudo é importante lembrar que da mesma forma que as tipologias, o ciclo de políticas públicas não necessariamente pode ser compreendido de forma linear, e tampouco como corpo organizado, que necessariamente seguiria sequência cronologia e previsível. Assim sendo, é possível afirmar que a elaboração de políticas é, em essência, um processo lógico e racional baseado em etapas clássicas, que vão desde a formulação do problema e avaliação de alternativas de propostas, até a sua implementação (Hill; Michael, 1993).

O elemento resultados, das políticas públicas, depende da observação de características básicas do princípio da eficiência: direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum; imparcialidade; neutralidade; transparência; participação e aproximação dos serviços públicos à população; eficácia; e desburocratização (Pereira *et al.*, 2013), de forma que tecnologias digitais, que são adotadas na perspectiva de governo digital, contribuem indubitavelmente em todos os pontos listados.

O acesso as políticas públicas tendem a gesticular mudanças sociais, e nessa direção, importa sublinhar que as tecnologias digitais facilitam a discussão e a disseminação do conhecimento, corroborando para a mudança de paradigmas (Xuelian *et al.*, 2016), por facilitarem o alinhamento de pessoas, organizações, de instituições, de tecnologias, além de dados e recursos com o objetivo de dar suporte à mudança desejada dentro e fora do setor público para a geração de valor público (Vereinte Nationem, 2020).

DO GOVERNO ELETRÔNICO AO DIGITAL

Cristóvam, Saikali, Sousa (2020, p.214) defende que a preocupação com investimento em TIC, no setor público do Brasil, surgiu ao mesmo tempo que o processo de modernização da Administração Pública; evento da reforma administrativa ocorrida na década de 1990.

Esse período é considerado importante por ter pautado diretrizes principiológicas como: eficiência, eficácia, transparência, controle da gestão pública, bem como a importância da prestação de contas, tendo como ponto dinamizador o crescimento do

Estado regulador no Brasil, que da mesma forma, integra o cenário do avanço tecnológico durante a década de 1990.

Os investimentos em TIC contribuíram para a implementação de ações do Governo Eletrônico, tais como o uso estratégico das TIC como elemento viabilizador de novo modelo de gestão pública, e que evoluiu para o que hoje é chamado de Governo Eletrônico (Diniz *et al.*, 2009).

Assim. Entende-se que a consolidação do Governo Eletrônico possui três dimensões: o *governo-a-governo* (G2G), que implica no compartilhamento de dados e troca de informações eletrônicas entre atores do serviço público; *governo-a-negocio* (G2B) que se refere a transações comerciais e compras do estado e, também, incluem interações que decorrem de obrigações legais a que estão sujeitas as organizações; e o *governo-a-cidadão* (G2C), que trata de iniciativas desenvolvidas para promover a interação de pessoas com a administração pública (United Nations, 2018).

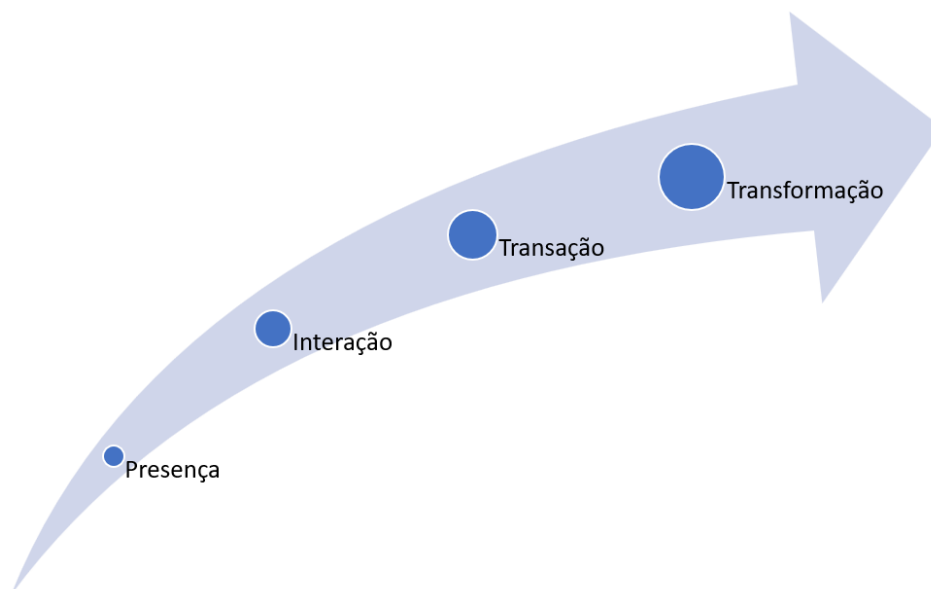
A evolução das políticas públicas com vistas ao governo digital pode ser observada pelos seguintes exemplos de implementações e legislações específicas (Brasil, 2023): Disponibilização do Portal Governo Digital em 2000; Criação do Portal da Transparência em 2004; Portal da Inclusão Digital em 2006; Lei de Acesso à Informação em 2011; Marco Civil da *Internet* de 2014; Instituição do Processo Eletrônico Nacional (PEN) pelo decreto 8.539 de 2015; Implantação da Política de Governança Digital pelo decreto 8.638 de 2016; Criação do Sistema Nacional para Transformação Digital pelo Decreto 9.319 de 2018; Inauguração do Portal Gov.br pelo Decreto 9.756 de 2019; Pareamento da validade legal dos documentos digitais com os físicos pelo Decreto 10.278 de 2020; Instituição do Governo Digital pela Lei 14.129 de 2021; Instituição da Estratégia de Governo Digital pelo Decreto 10.996 de 2022.

Com a publicação da lei 14.129, em março de 2021, foram definidos os direitos dos usuários da prestação digital de serviços públicos e os instrumentos necessários para as plataformas de governo digital de cada ente federativo. Também foram introduzidas novas diretrizes para a expansão do, agora, Governo Digital, tendo esta lei os seguintes princípios e diretrizes: 1) a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis; 2) a disponibilização em plataforma única do acesso às informações e aos serviços públicos; 3) a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos; 4)

o incentivo à participação social no controle da administração; 5) a eliminação de exigências e formalidades; 6) o apoio técnico aos entes federados para implantação e adoção de estratégias que visem à transformação digital da administração pública.

A gestão pública transformada para a modalidade/versão digital, da mesma forma que o oferecimento de serviços e aplicação das políticas públicas, acontece de forma gradual. Dessa forma, é possível organizar o governo eletrônico em fases ou etapas, conforme apresentado na figura 2.

Figura 2- Etapas do Governo Digital



Fonte: Elaboração própria.

A primeira fase, presencial ou informacional, a mais básica, acontece quando uma instituição cria uma página na internet e oferece algumas informações. A segunda fase é a da interação, em que os serviços são ofertados e inclui capacidades informativas (transparência). A terceira etapa é a de transação, onde já ocorre interação entre o governo e o cidadão, permitindo a execução de transações completas, como solicitação e emissão de permissões e licenças. E a quarta etapa é a chamada transformação, que traz uma integração completa de sistemas com troca de informações entre diversos entes governamentais. Aqui os serviços já estão interligados e se tem uma conexão rápida entre

órgãos, instituições e demais atores, com uma configuração “holística” da administração que se coloca inteiramente digitalizada e interconectada (Al-Hashmi *et al.*, 2007).

No Brasil a Estratégia de Governo Digital estabeleceu uma trajetória digital tanto para o governo quanto para a economia brasileira, proporcionando ganhos de eficiência para a gestão pública e ampliando o acesso as políticas públicas oferecendo serviços 100% digitais aos cidadãos e conseguiu em 2023 atingir o 14º lugar entre os países mais desenvolvidos do mundo em serviços públicos digitais no *ranking* da ONU, mostrando o impacto e a necessidade de estudos aprofundados sobre esta temática.

METODOLOGIA

Para este trabalho foi realizada uma revisão integrativa da literatura sobre políticas públicas e governo digital utilizando o portal de periódicos da Capes, seguindo as seguintes etapas: elaboração das palavras-chave para pesquisa; busca na literatura, utilizando as palavras-chaves para pesquisa e os critérios de inclusão e exclusão dos periódicos; coleta de dados; análise dos estudos incluídos; discussão dos resultados;

As palavras-chave selecionadas para pesquisa foram: políticas públicas E governo digital, que se mostram relevantes e aderentes ao escopo almejado, incluindo trabalhos que tratam tanto diretamente da temática proposta quanto trabalhos que possuem objetivos diversos, mas que também discutem, mesmo que superficialmente, os temas: políticas públicas e governo digital.

A busca ocorreu utilizando a ferramenta de buscas do portal de periódicos da CAPES em novembro de 2023. Foram utilizados como descritores os termos: políticas públicas E governo digital, os periódicos retornados foram selecionados em duas fases: leitura de títulos e resumos, verificação das palavras chave dos artigos e leitura completa dos trabalhos. Foram incluídos periódicos publicados nos últimos cinco anos e revisados por pares, que descrevem e discutem as políticas públicas no âmbito do governo digital e que apresentem em suas palavras-chave, as seguintes palavras: políticas públicas, governo eletrônico e e-gov.

Todos os artigos retornados pela busca foram baixados na íntegra para uma melhor análise dos dados, evitando erros de indexação que pudessem alterar os resultados de

inclusão ou não dos mesmos. Os artigos que não foram encontrados nas buscas também entram nos critérios de exclusão.

Para sistematização das informações dos artigos, foi utilizado um instrumento de fichamento composto pelos campos: ano de publicação, título do artigo, periódico que foi publicado e palavras-chave (Souza *et al.*, 2010). Os artigos foram analisados a partir das palavras-chave presentes no fichamento, apresentado mais adiante.

Nas discussões dos resultados foram apresentados os principais pontos abordados em cada artigo incluído na análise e o como os temas políticas públicas e governo digital foram apresentados nos mesmos. Após esta apresentação será realizada uma síntese dos pontos abordados pelos artigos incluídos na temática principal deste trabalho.

RESULTADOS

Os resultados retornaram 54 trabalhos acadêmicos no Portal de Periódicos CAPES, com os seguintes filtros aplicados: periódicos revisados por pares, últimos 5 anos e idioma português. Destes um resultado foi excluído prontamente por se tratar de uma resenha, 5 foram removidos por se tratar de duplicatas e 3 pela ausência dos arquivos completos (Ivenicki, 2023; Silva, Pérsida, 2019; Ungheri, Hélder, 2020). Para a análise foi produzida uma planilha com o ano de publicação, título do artigo, palavras-chaves e periódico publicado.

Após esta sistematização foi realizada a análise dos 45 artigos, verificando inicialmente a ocorrência em suas palavras-chave dos termos: políticas públicas, governo eletrônico e e-gov. Nesta etapa, foram excluídos os seguintes artigos: Marques, *et al.*, 2023; Da Luz, Weber, 2019; Cezário, 2022; Gonçalves *et al.*, 2020; Almada *et al.*, 2022; Rothberg 2018; Santos *et al.*, 2022; Mendes *et al.*, 2022; Massuchin *et al.*, 2019; Kniess, Buttore, 2021; Sousa *et al.*, 2022; Barcelos *et al.*, 2020; Eloy 2019; Conte *et al.*, 2023; Ivenicki 2021; Segura, Bizberge, 2022; Barbosa, 2019; Petters *et al.*, 2022; Sobral *et al.*, 2023; Fávero *et al.*, 2022; Guimarães *et al.*, 2018; Dos Santos *et al.*, 2022; Luchmann *et al.*, 2022; Souza *et al.*, 2020; Gonzalez *et al.*, 2020; Juliano *et al.*, 2023; Scaff *et al.*, 2018; Forst, Rainer, 2023; Bernardi *et al.*, 2020; Rothberg, Camargo, 2018; Melo, Serra, 2022; De Aquino *et al.*, 2022; De Freitas *et al.*, 2021; Madkur, Paletta, 2021; Herman *et al.*, 2022; Côrtes, 2021.

Após a seleção foram realizadas as análises de 9 artigos que citavam em suas palavras-chaves os termos supraditos. As ocorrências destes descritores também foram verificadas, para posteriormente selecionar a amostra dos artigos que contém as palavras-chave utilizadas na pesquisa para uma análise mais apurada, com vistas a analisar a abordagem dos temas ao longo dos trabalhos. No Gráfico 1 apresentamos os trabalhos por ano de publicação, e verificamos que houve pico de publicações no ano de 2018.

Gráfico 1 - Publicações por ano



Fonte: Elaboração própria

Como podemos observar, o volume de artigos que foram encontrados e que apresentam conjuntamente as palavras-chave, no período, bases e critérios utilizados é baixo, dado a relevância da temática. As especificações dos 9 artigos incluídos foram descritas no quadro 1, por ordem crescente de ano de publicação.

Quadro1. Artigos incluídos na revisão.

Ano de publicação	Título do artigo	Periódico	Palavras-chave

2018	A relação entre governo eletrônico e cidade digital: o caso do município de São José dos Pinhais	Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento	Governo Eletrônico. e-Gov. Cidade Digital
2018	FORMAÇÃO DOCENTE PARA AS ESCOLAS CIDADÃS DA PARAÍBA: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA GIRA MUNDO FINLÂNDIA	REVES - Revista Relações Sociais	formação de professores. Políticas públicas. Educação profissional. Inovação em educação. Protagonismo juvenil
2018	Salto digital nas políticas públicas: Oportunidades e desafios	Revista brasileira de políticas públicas	Políticas públicas e tecnologia. Cruzamento de dados no governo Federal. Privacidade
2019	Ciberativismo em diabetes e a participação social na saúde através das mídias digitais	Diálogo com a Economia Criativa	participação social; ciberativismo; políticas públicas; mídias digitais; diabetes
2020	Digital complementary currencies and public policies during the Covid-19 pandemic	Revista de administração pública	Covid-19; moeda complementar digital; distribuição de renda; Mumbuca E-Dinheiro; renda básica emergencial; políticas públicas
2020	Trajetórias das políticas públicas de educação e tecnologias na Bahia e em Salvador: marcos históricos em território baiano	Revista Tecnologia e Sociedade	Educação; Tecnologias Educacionais; Políticas Públicas
2021	Estonian response to Covid-19 pandemic: learning, cooperation, and the advantages of being a small country/Resposta da Estônia a pandemia da Covid-19: aprendizagem, cooperação e as vantagens de ser um país pequeno/Respuesta de Estônia a la pandemia de Covid-19: aprendizaje,	Revista de administração pública	Covid-19; Estônia; aprendizagem de políticas públicas; gestão de crises

	cooperacion y las ventajas de ser un país pequeno		
2021	Políticas públicas de informação: um olhar para o acesso à Internet e para a inclusão digital no cenário brasileiro	Em Questão	Políticas públicas de informação, Inclusão digital, Internet, Tecnologias de informação e comunicação
2023	FEATURES OF THE DEVELOPMENT OF ADMINISTRATIVE LEGAL RELATIONS IN EUROPEAN COUNTRIES/CARACTERISTICAS DO DESENVOLVIMENTO DAS RELACOES JURIDICAS ADMINISTRATIVAS NOS PAISES EUROPEUS	Lex humana	Relações Jurídicas Administrativas.E-governo. Países europeus

Fonte: Elaboração própria

O termo políticas públicas foi o que mais apareceu nos trabalhos analisados (Silva *et al.*, 2018; Guimarães *et al.*, 2018; Varella *et al.*, 2018; Aligieri *et al.*, 2019; Gonzalez *et al.*, 2020; Damasceno *et al.*, 2020; Raudla, 2021; Franco, 2021), podendo-se chegar à conclusão de que esses estudos abordam de forma mais enfática esta temática deixando, de forma geral, os avanços no governo digital (e-gov) em segundo plano, sendo esta apresentada mais como um catalizador para o alcance de outras políticas e também como ferramenta de gestão e controle, com forte uso na transparência pública, conforme apontado em diversos artigos (Franco, 2021; Demchyk *et al.*, 2023; Varella *et al.*, 2018; Silva *et al.*, 2018) e discutido a seguir.

DISCUSSÃO

A caracterização dos estudos instiga algumas reflexões. Por exemplo, não houve aumento no número de artigos publicados no período de 5 anos, mesmo com o aumento expressivo serviços públicos digitalizados, dos investimentos nesta área por parte do governo e das leis específicas, já citadas.

Segue-se com a análise dos artigos, por ordem cronológica crescente de publicação, com o artigo de Silva, *et al.* (2018) que trata de um estudo de caso junto a prefeitura de São José dos Pinhais que em 2015 teve a intenção de se tornar uma Cidade Digital. Neste artigo foram pesquisados os serviços públicos oferecidos aos cidadãos de forma digital, por meio do portal eletrônico da prefeitura e também o cumprimento da lei de acesso a informação, que é atendida por meios digitais. O artigo aborda de forma direta as políticas públicas e sua integração com o governo digital, apresentando o uso extensivo da digitalização de serviços e das plataformas de mídias sociais para a divulgação das ações da prefeitura.

No artigo de Guimarães *et al.* (2018), nos é apresentado o Programa Gira Mundo Finlândia, que é uma parceria do governo da Paraíba para capacitação de professores da educação profissional e tecnológica, tendo como foco as escolas da Paraíba, em Universidades de Ciências Aplicadas da Finlândia. Este artigo aborda de forma mais ampla as políticas públicas para capacitação de professores e também como política formação nas escolas de educação profissional e tecnológica, a temática governo digital é apenas mencionada no contexto de capacitação, baseados no sistema educacional Finlandês, destacando a importância da busca por soluções digitais e o uso de ferramentas digitais no ensino de forma criativa e colaborativa.

O último artigo de 2018 Varella *et al.* (2018) foca de forma mais específica nos esforços do governo brasileiro para implementar diversas normas que visam maximizar os benefícios trazidos pelas tecnologias para otimizar o ciclo completo das políticas públicas. Este artigo também aborda as implicações mais amplas da transformação digital na economia e nas responsabilidades do governo, enfatizando a necessidade de um ambiente regulatório e de infraestrutura que promova a confiança nas ferramentas digitais. Destaca o papel do governo nos esforços de digitalização, que podem levar a um aumento da eficiência, redução de custos operacionais e maior participação social.

Ele também aponta que, apesar dos avanços, o Estado brasileiro ainda enfrenta dificuldades legais e práticas significativas para simplificar processos à luz das oportunidades trazidas pelas novas tecnologias. O artigo analisa essas situações em três partes: as mudanças normativas recentes e propostas no Congresso, os problemas que ainda precisam ser enfrentados e as oportunidades apresentadas pelas novas tecnologias para a criação e aprimoramento de políticas públicas.

O único artigo de 2019 Aligiere *et al.* (2019), não discute governo digital, embora aborde o uso das mídias digitais, como redes sociais, para a participação política e social e aponta a necessidade de se criar políticas públicas que integrem a participação social e institucional as formas de influência sobre as decisões políticas através das mídias digitais.

O artigo seguinte Gonzales *et al.* (2020) trata do uso de moedas digitais e das políticas públicas de distribuição de renda durante a pandemia de Covid-19, apresentando os desafios enfrentados na implementação de iniciativas de distribuição de renda no Brasil, durante a pandemia de Covid-19 e como as moedas digitais alternativas, com o *Munbuca e-dinheiro* já em uso no município de Maricá, RJ. Este artigo não aborda diretamente as políticas públicas voltadas para o governo digital, embora cite a possibilidade de políticas públicas que permitam a integração da plataforma E-Dinheiro com meios de pagamento existentes, como o PIX.

O artigo "Trajetórias das políticas públicas de educação e tecnologias na Bahia e em Salvador: marcos históricos em território baiano" (Damasceno *et al.*, 2020) é um estudo que analisa o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à educação e tecnologia no estado da Bahia e na sua capital, Salvador. O texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica com análise documental e tem como objetivo mapear e caracterizar o percurso dessas políticas públicas.

Este artigo aponta que as políticas públicas para a educação e tecnologias muitas vezes desconsideram o papel do professor, a infraestrutura das escolas e contribuem pouco para a efetivação da cultura digital dos envolvidos no processo educativo, embora não trate diretamente de governo digital, a abordagem das políticas públicas na educação nos dá um bom indicativo de problemas na implementação de tecnologias pelos agentes públicos.

O artigo seguinte aborda a experiência da Estônia no combate a Covid-19 e como ela conseguiu conter de forma eficaz a propagação do vírus durante os primeiros meses da pandemia (Raudla, 2021). Dentre os fatores mais expressivos foram apontados a infraestrutura avançada de TIC e as soluções já implementadas de governo digital permitiram que a Estônia agisse de forma decisiva e eficaz frente a crise.

O artigo "Políticas públicas de informação: um olhar para o acesso à Internet e para a inclusão digital no cenário brasileiro" de Angela Halen Claro Franco aborda o cenário das ações do Governo Federal brasileiro voltadas para a democratização do acesso à Internet no contexto nacional. Este foi o único artigo a tratar de forma direta as políticas públicas para inclusão digital, item necessário para o avanço pleno das ações de governo digital. O artigo conclui que as políticas públicas voltadas ao acesso à Internet devem ser pautadas na inclusão digital, com foco no letramento digital e na emancipação digital. Observa-se que as iniciativas carecem de clareza quanto aos seus encaminhamentos práticos, indicando a necessidade de políticas mais efetivas e bem definidas para a democratização do acesso à informação.

O último artigo teve como objetivo analisar os relatórios do *E-Government Development Index* e do *IMD World Competitiveness Index*, para determinar o estado das autoridades públicas e o estado da implementação da governança eletrônica e digital nos países da União Europeia, além de caracterizar as iniciativas de reforma no campo do desenvolvimento de relações jurídicas administrativas nos estados membros da União Europeia. Embora apresente um cenário externo ao Brasil, ele aponta que o uso das tecnologias digitais na administração pública mudou significativamente a forma como as administrações públicas da União Europeia interagem com os cidadãos, levando ao desenvolvimento do e-governo.

CONCLUSÃO

A análise dos artigos apresentados reflete uma paisagem multifacetada do governo digital e das políticas públicas associadas, apontando que o governo digital é uma questão de implementação tecnológica, e de políticas públicas bem articuladas, inclusão digital, educação e participação cívica.

Os estudos de caso, como o da Prefeitura de São José dos Pinhais, mostram a intenção de transformar cidades em ambientes digitais, mas também destacam a necessidade de políticas públicas que integrem efetivamente a tecnologia no cotidiano dos cidadãos e na infraestrutura urbana. A capacitação de professores e a educação para

o uso de TICs, inspiradas pelo modelo finlandês, ressaltam a importância da formação humana no processo de digitalização governamental.

No entanto, a inclusão digital emerge como um tema recorrente e crucial. A democratização do acesso à Internet e o letramento digital são fundamentais para que os benefícios do governo digital sejam plenamente realizados. As políticas públicas devem, portanto, ser pautadas também na inclusão digital, garantindo que todos os cidadãos tenham as habilidades e o acesso necessários para participar plenamente da sociedade digital.

Outro ponto a ser observado é que no Brasil, apesar do aumento significativo dos serviços públicos digitalizados e dos investimentos governamentais em tecnologia da informação, não houve um aumento correspondente na literatura acadêmica sobre o assunto. Isso pode indicar uma desconexão entre a prática e a teoria ou uma necessidade de mais estudos de caso e análises que possam contribuir para uma compreensão mais profunda dos impactos e desafios do governo digital.

REFERÊNCIAS

- AL-HASHMI, A.; DAREM, A. B. *Understanding phases of e-government project*. 2007, Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/255572015_Understanding_Phases_of_E-government_Project. Acesso em 02 novembro 2023.
- ALIGIERI, D.; LOUVISON, M. C. P.; SILVA, E. A. S. Ciberativismo em diabetes e a participação social na saúde através das mídias digitais. **Diálogo Com a Economia Criativa** v.4, n.12, p 88-105, 2019.
- ALMADA, M. P.; AMORIM, P. K.; PINHO, M. D. C.; SILVA, C. R. A transparência do executivo federal brasileiro: Uma comparação entre os governos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. **Opinião Pública** v.28, n.1, p. 169-99, 2022.
- AQUINO, A. C.; LINO, A. F.; AZEVEDO, R. R. de. *The embeddedness of digital infrastructures for data collection by the courts of accounts*. **Revista Contabilidade & Finanças** v.33, n.88, p.46-62, 2022.
- BARCELLOS, M.; MARIA, A.; ALVES, T. S.; QUINTSLR, M. M. M. ; MACHADO, L. N. ; LOPES, B. C. M.; MOREIRA, D. L. J. M.; GOMES, J. C. Covid-19: Acesso à informação pública no Brasil – relatório de pesquisa. **Liinc Em Revista** v.16, n.2, 2020.
- BERNARDI, A. J. B.; COSTA, A. L. V. Populismo e *fake news* na era da pós-verdade: comparações entre Estados Unidos, Hungria e Brasil. **Cadernos De Campo** n.28, p.385-412, 2020.

BOUNABAT; BOUCHAIB. *From e-government to digital Government: Stakes and evolution models*. **E-Ti: Electronic Journal of Information Technology**. Vol. 10 Issue 1, p1-20. 20p, 2017.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**. Brasília, DF, 13 nov. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Estratégia de Governança Digital: Linha do tempo. **Governo Digital**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital#:~:text=O%20conceito%20de%20Governo%20Eletr%C3%B4nico,a%20necessidade%20da%20presen%C3%A7a%20f%C3%ADsica>. Acesso em: 17 set. 2023.

CABRAL, J. M.; CLEMENTE, A. J.; MADEIRA, L. M. Mudança ou continuidade na política de combate à pobreza de Cardoso a Lula: uma revisão de escopo. **Revista De Sociologia E Política**, Vol.31, 2023.

CEZÁRIO, M. B. A precarização das relações de trabalho. **Trabalho & Educação**, v.31, n.2, p.191-193, 2022.

CONTE, E.; TREVISAN, A. L. Desafiando a passividade na educação: desconstruindo a formação espetacular em um mundo em constante mudança. **Eccos** n.65, p.1-7, 2023.

CÔRTEZ, T. L. A potenciação da expropriação no ultraneoliberalismo brasileiro. **Mundo Livre**, Vol.7, n.1, p.62-85, 2021.

CRISTÓVAM, J. S. D. S.; SAIKALI, L. B.; SOUSA, T. P. D. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. **Sequência**, n.89, p.209-242, 2020.

DAMASCENO, H. L. C.; SOARES, A. T. C. Trajetórias das políticas públicas de educação e tecnologias na Bahia e em Salvador: marcos históricos em território baiano. **Revista Tecnologia E Sociedade** v.16, n.39, p.250-263, 2020.

DEMCHYK, N.; TUROVETS, Y.; PAVLIV, A.; REKUNENKO, T.; OLIINYK, A. *Features of the development of administrative legal relations in european countries*. **Lex Humana**, v.15, n.2, p.170, 2023.

DINIZ, E. H.; BARBOSA, A. F.; JUNQUEIRA, A. R. B.; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista Administração Pública**. v.43, n.1, p.23-48, 2009.

ENA. *E-administration et transition numérique de l'Etat*. In. ENA – Centre de ressources et d'ingénierie documentaires, France, Bibliographie – dezembro 2019

FÁVERO, A. A.; SANTOS, D. F. A. DOS; PAGLIARIN, L. L. P. Estudos sobre desafios atuais e perspectivas para as juventudes brasileiras. **EccoS**, n.60, p. 1-6, 2022.

FERNANDES, C. M. B.; MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, v.5, n.2, p.154-164, 2014.

FERREIRA, M. C.; ANDRADE, R. D.; SANTOS, J. N. A comunicação de risco nas plataformas digitais oficiais da pandemia no Brasil. **Revista Cubana De Información En Ciencias De La Salud**, Vol.34, 2023.

FORST, R. Poder democrático e “fatos alternativos”. **Estudos De Sociologia**. v.28, n.1, 2023.

FRANCO, A. H. C. Políticas públicas de informação: um olhar para o acesso à internet e para a inclusão digital no cenário brasileiro. **Em Questão**, v.27, n.4, p.61-83, 2021.

FREITAS, S.; HENRIQUE, D.; LEITE, P. H.; MARQUES, F. P. Tomando partido no facebook: governo, oposição e a reforma da previdência No Brasil. **Cuadernos.info** n.50, p.249-274, 2021.

GIANEZINI, K.; BARRETTO, L. M.; GIANEZINI, M.; LAUXEN, S. D. L.; BARBOSA, G.D.; VIEIRA, R. D. S. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**. v.21, n.2, p.1065-1084, 2018.

GONÇALVES, J. F.; LOURO, P.; REAL, M. C. A questão da participação nas autarquias. **Kult-ur**, v.7, n.13, p.163-184, 2020.

GONZALES, L.; CERNEV, A. K.; ARAUJO, M. H. DE; DINIZ, E. H. DINIZ. Moedas complementares digitais e políticas públicas durante a crise da Covid-19. **Revista De Administração Pública**. v.54, n.4, p.1146-1160, 2020.

GUIMARÃES, C.; AIRES, I. M.; D'ANDREA, A. F.; KING, J. R. O. Formação docente para as escolas cidadãs da Paraíba: contribuições do programa gira mundo Finlândia. **REVES - Revista Relações Sociais**, v.1, n.2, p.182-193, 2018.

HERMAN, F.; MARQUES, F. P. J.; MIOLA, E. *What factors influence the quality of local governments' digital transparency? Evidence from the Brazilian case*. **Opinião Pública**. v.28, n.3, p.857-884, 2022.

HILL, M. *The policy process: a reader*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.

IVENICKI, A. *Digital lifelong learning and higher education: multicultural strengths and challenges in pandemic times*. **Ensaio**. v.29, n.111, p.360-377, 2021

IVENICK, A. Novos tempos na educação? Desafios multiculturais. **Ensaio**. v.31, n.118, p.1-7, 2023.

KNISS, A. B.; MARQUES, F. P. J. Como o agente fiscalizador utiliza a comunicação online? A ideia de transparência pública nas redes sociais da controladoria geral da união. **Opinião Pública**. v.27, n.1, p.90-126, 2021

LASSWELL, H. D. *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland: Meridian Books, 1936.

LUCHMANN, L. H. H.; BOGO, R. S. Instabilidade e declínio dos orçamentos participativos em municípios no Brasil e em Portugal (2016-2019). **Opinião Pública**. v.28, n.3, p.716-749, 2022.

LUZ, A. J. A. DA; WEBER, M. H. A memória política do Brasil no site da presidência: acesso e desvios da comunicação dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer. **Liinc Em Revista**. v.15, n.1, 2019.

MADKUR, F. N.; PALETTA, F. C. Transparência digital na informação pública. **Boletim Do Arquivo Da Universidade De Coimbra**. v.34, n.2, p.69-89, 2021.

MASSUCHIN, M. G.; SILVA, L. F. Campanha permanente nas redes sociais digitais: um estudo de caso da análise da *fanpage* do governador Flávio Dino, no Brasil. **Revista Internacional De Relaciones Públicas**. v.9, n.17, p.229-248, 2019.

MELO, P. V.; SERRA, P. Tecnologia de reconhecimento facial e segurança pública nas capitais brasileiras: apontamentos e problematizações. **Comunicação E Sociedade**. n.42, p.205-220, 2022.

MENDES, T. D.; PAULO, D. R. F.; CASTRO, D. de. *Blockchain e agenda 2030*. **Revista Brasileira De Políticas Públicas**. v.7, n.3, 2018.

OCELLI, U. B.; ISAYAMA, H. F. Controle e participação social no programa esporte e lazer da cidade (PELC): Reflexões sobre o papel e a atuação das instituições. **Movimento**. n.26, 2020.

PELLISSARI, L. B. Ensino médio integrado e a luta dos trabalhadores: desafios das políticas públicas de educação profissional. **Educação Temática Digital**. v.21, n.3, p.626-644, 2019.

PETTERS, L.; PAES, P. S. Entre comunicação pública e promoção política: interações de Emmanuel Macron e *youtubers* na gestão da pandemia de Covid-19. **Rumores**. v.16, n.31, p.133-160, 2022.

RAUDLA, R. *Estonian response to Covid-19 pandemic: learning, cooperation, and the advantages of being a small country*. **Revista De Administração Pública**. v.55, n.1, p.111-121, 2021.

ROTHBERG, D. *Acess to information, digital politics and environmental sustainability in Brazil*. **Revista FAMECOS**. v.25, n.3, 2018.

ROTHBERG, D.; CAMARGO, M. G. de. Relações públicas e sustentabilidade: a qualidade da comunicação pública digital de órgãos de governo ambientais. **Revista Internacional De Relaciones Públicas**. v.8, n.15, p.153-176, 2018.

SANTOS, M. L. R.; PAIM, M. C.; SOARES, C. L. M.; SANTOS, D. M.; SANDE, R. S.; SANTOS, G. R. Ações governamentais para enfrentamento da crise de desinformação durante a pandemia de Covid-19. **Saúde Em Debate**. v.45, n.2, p.187-204, 2022.

SANTOS, M. R.; MARIANO, A. M. M.; GOMES, M. M. F. Contribuições da ciência na administração pública: a *string* ideal para os idosos no contexto do e-governo. **Revista De Gestão E Secretariado**. v.13, n.4, p.2226-2242, 2022.

SARAVIA, E; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas, Coletânea – Volume 1**. ENAP 2006.

SCAFF, E. A.; OLIVEIRA, M. S. de; LIMA, S. E. de. O planejamento educacional frente às fragilidades do processo democrático brasileiro. **Educação Temática Digital**. v.20, n.4, p.905-923, 2018.

SEGURA, M. S.; BIZBERGE, A. direitos digitais durante a pandemia de Covid-19 na américa latina. **Comunicação E Sociedade**. n.39, p.119-144, 2022.

SILVA, M. V. G. da; FROM, D. A.; CONTE, F. L. A relação entre governo eletrônico e cidade digital: o caso do município de São José Dos Pinhais. **Revista Brasileira De Planejamento E Desenvolvimento**. v.7, n.2, p.215-240, 2018.

SILVA, V. R. da; MIKI, P. S. R. Escola técnica de Manaus (ETM) à escola técnica federal do amazonas (ETFAM) - (1942-1965): uma perspectiva histórica. **Revista Exitus**. v.9, n.4, p.805-831, 2019.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SOBRAL, A.; BRANCO, L. C. Escrever: O ensino como ato poético em tempos de pandemia. **Educação Temática Digital**. v.25, n.1, 2023.

SOUSA, R. P.; DIAS, G. A.; SHINTAKU, M. Lei de acesso à informação e repositórios governamentais como instrumentos para um modelo aberto de governança. **Encontros Bibli**. v.25, p.1-17, 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. v.8, n.1, p.102-106, 2010.

SOUZA, T. P. de; SILVA, J. S. da; MACHADO, R. C. R. Constitucionalismo e administração pública digitais: inovação tecnológica e políticas públicas para o desenvolvimento no Brasil. **Revista Brasileira De Políticas Públicas**. v.12, n.2, 2022.

UNITED NATIONS. *UN E-Government Survey in Media*. 2018. Disponível em: https://publicadministration.un.org/egovkb/Portals/egovkb/Documents/un/2018-Survey/E-Government%20Survey%202018_Portuguese.pdf. Acesso em: 02 novembro. 2023.

VARELLA, M. D.; OLIVEIRA, C. G.; MOESCH, F. Salto digital nas políticas públicas: oportunidades e desafios. **Revista Brasileira De Políticas Públicas**. v.7, n.3, 2018.

VEREINTE NATIONEN. *Digital government in the decade of action for sustainable development*. New York: United Nations; 2020. (United Nations e-government survey).

VIANA, A. C. A. Transformação digital na administração pública: do governo eletrônico ao governo digital. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**. v.8, n.1, p.115-136, 2021.

PEREIRA, V. R., V.; MARQUES, L. M.; MARTINS, A. C. Acesso a serviços públicos: subsídios à racionalidade administrativa aplicada no espaço rural. **Emancipação**. v.13, n.2, p.183-202, 2013.

WU X. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Enap; 2014.

XUELIAN, W.; YING, L.; YINGJIE, Z.; LILI, J. *Providing quality online education for continuing education*. **International Journal of Information and Education Technology**. v.6, n.2, p.157-161, 2016. Disponível em: <http://www.ijiet.org/vol6/677-DL0014.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.